



ACÓRDÃO Nº2056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11617/2023.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON/AM
- 4- **Exercício:** 2022
- 5- **Responsável:** Sr. Jalil Fraxe Campos
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6703/2023-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON/AM. Exercício de 2022.

Regularidade. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular a Prestação de Contas do Instituto de Defesa do Consumidor-PROCON/AM**, exercício financeiro de 2022, sob a gestão do **Sr. Jalil Fraxe Campos**, Ordenador de Despesas no período de 01/01/22 a 31/12/22, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Determinar ao PROCON/AM** que adote as medidas necessárias para atualizar o Portal da Instituição com todas as informações acerca dos pagamentos de despesas, das licitações realizadas e dos contratos celebrados, bem como realize a revisão do quadro de pessoal do PROCON/AM, cuja composição atual é inteiramente constituída de ocupantes de cargo comissionado, e verifique os trâmites legais para a realização de Concurso Público (art. 37, II, da CF/88), para contratação de servidores, sob pena das contas de o próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, §1º, inciso III, alínea “e”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.



ACÓRDÃO Nº2056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à Unidade Técnica que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*;

10.4. Dar ciência ao Sr. Jalil Fraxe Campos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral